

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.490.505 - SC (2019/0112328-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : HOTEL MORRO DO SOL LTDA
ADVOGADOS : RENATO WOLF PEDROSO - PR041512
LUIZ FELLIPE MAGALHÃES ZARUR - PR040837
AGRAVADO : INSTALADORA GASPARENSE LTDA - MASSA FALIDA
ADVOGADOS : CHRISTIAN MARCEL BATISTA - SC023214
Marcelo Pereira - SC015425

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por HOTEL MORRO DO SOL LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, assim resumido:

AÇÃO MONITORIA AMPARADA EM NOTA FISCAL.
SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS MONITÓRIOS.

AGRAVOS RETIDOS INTERPOSTOS PELA
EMBARGADA/APELADA.

AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO EM CONTRARRAZÕES
PARA APRECIÇÃO DOS RECLAMOS. VIOLAÇÃO AO ART. 523, §
1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973, APLICÁVEL AO
CASO, PORQUANTO VIGENTE À ÉPOCA DA INTERPOSIÇÃO DO
APELO. AGRAVOS NÃO CONHECIDOS.

AGRAVO RETIDO INTERPOSTO PELA
EMBARGANTE/APELANTE.

AUSÊNCIA DE PEDIDO EXPRESSO NAS RAZÕES RECURSAIS
PARA APRECIÇÃO DO RECLAMO. VIOLAÇÃO AO ART. 523, § 1º,
DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973, APLICÁVEL AO CASO,
PORQUANTO VIGENTE Á ÉPOCA DA INTERPOSIÇÃO DO APELO.
AGRAVO NÃO CONHECIDO.

RECURSOS DA REQUERIDA/EMBARGANTE.

AGRAVO RETIDO.

PEDIDO DE APRECIÇÃO DE AGRAVO RETIDO
INTERPOSTO EM AUDIÊNCIA DATADA DE 11.02.2012. RECLAMO
INEXISTENTE. AUSÊNCIA DE REALIZAÇÃO DE QUALQUER
SOLENIDADE NESTA DATA. ATO PROCESSUAL DESIGNADO
PARA O DIA 11.02.2010, ADEMAIS, QUE FOI REMARCADO.
PEDIDO DISSOCIADO DOS AUTOS. NÃO CONHECIMENTO.

APELO.

MÉRITO. REQUERIDA IMPROCEDÊNCIA DA *ACTIO*

MONITORIA. NEGATIVA PELA RÉ/EMBARGANTE DA EXISTÊNCIA DA COMPRA E VENDA MENCIONADA NA INICIAL. ALEGAÇÃO DE DESCONHECIMENTO DA FIRMA APOSTA, DE FORMA ABREVIADA, NO CAMPO DESTINADO À IDENTIFICAÇÃO DO RECEBEDOR DOS PRODUTOS, CONSTANTE NO VERSO DA NOTA FISCAL. TESE, CONTUDO, DESACOMPANHADA DE QUALQUER ELEMENTO PROBANTE. ÔNUS PROBATÓRIO DA RÉ/EMBARGANTE. EXEGESE DO ART. 333, INC. II, DO CPC DE 1973, ENTÃO VIGENTE. EXISTÊNCIA DO CRÉDITO COMPROVADA. SENTENÇA QUE DEVE SER MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

A parte alega violação do art. 333 do CPC/73, no que concerne ao ônus probatório em relação à elementos capazes de afastar a presunção de existência do crédito, trazendo os seguintes argumentos:

A decisão atacada distribuiu de maneira inversa o ônus probatório, na medida em que entendeu que, em sendo os Embargos Monitórios novo processo de conhecimento vinculado à Ação Monitoria, caberia à Recorrente, na qualidade de Embargante, demonstrar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da Recorrida, nos termos do artigo 333, II, do CPC/73, ou seja, demonstrar que de fato não houve o recebimento da mercadoria indicada na nota fiscal.

Ocorre que, demonstrar que as mercadorias não foram recebidas pela Recorrente, além da oitiva das 2 (duas) testemunhas arroladas pela mesma junto ao Juízo a quo, traduz-se em obriga-la a produzir a chamada "prova diabólica" (prova negativa) (fl. 319).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)" (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda

Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

